

Parecer nº 718/2021 – CGM

PROCESSO Nº 6/2021-00015

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria administrativa objetivando a instrução e acompanhamento na realização de procedimentos de aquisições e contratações públicas.

Valor Global: R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.014.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAFI.

CONTRATADA: W H ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da



Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;
III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;

VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo."

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

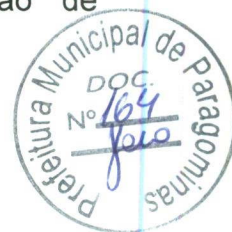
Trata-se do Processo Licitatório, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 6/2021-00015, cujo objeto é a "contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria administrativa objetivando a instrução e acompanhamento na realização de procedimentos de aquisições e contratações públicas".

O Valor Global do Processo será de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.014, com vigência de 12 meses a contar da assinatura do contrato.

O processo encontra-se instruído com rol de documentos, suas fases de prosseguimento e seu respectivo encerramento. Os documentos analisados foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, no dia 30/09/2021, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício nº 480/2021 – SEMAFI (Solicitação de Abertura de Processo Licitatório);
- II. Termo de Referência nº 005/2021;
- III. Solicitação de Despesa nº 20210913030;
- IV. Autorização para Abertura de Licitação Pública;
- V. Proposta Comercial – META TREINAMENTO, ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI – EPP;
- VI. Proposta Comercial – W H ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA;
- VII. Proposta Comercial – DSALES ASSESSORIA E CONSULTORIA;
- VIII. Mapa de Cotação de Preços (Preço Médio);
- IX. Resumo de Cotação de Preços (Menor Valor);
- X. Resumo de Cotação de Preços (Valor Médio);
- XI. Ofício nº 482/2021 – SEMAFI (Solicitação de Dotação Orçamentária);

- XII. Encaminhamento de Dotação Orçamentária;
- XIII. Ofício nº 483/2021 – SEMAFI (Solicitação da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira);
- XIV. Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- XV. Autorização;
- XVI. Portaria nº 050/2021 – GPP com Publicação;
- XVII. Termo de Autuação;
- XVIII. Ofício nº 1050/2021 – CPL (Solicitação de Documentação da Empresa);
- XIX. Juntada de Documentos de Habilitação;
- XX. Documentação de Habilitação da Empresa;
- XXI. Juntada de Proposta Comercial;
- XXII. Proposta Comercial da Empresa;
- XXIII. Juntada de Autenticidade de Certidões;
- XXIV. Comprovação de Veracidade de Autenticidade das Certidões;
- XXV. Processo de Inexigibilidade de Licitação;
- XXVI. Declaração de Inexigibilidade de Licitação;
- XXVII. Minuta do Contrato;
- XXVIII. Despacho;
- XXIX. Encaminhamento de Parecer Jurídico;
- XXX. Parecer Jurídico nº 747/2021-SEJUR/PMP;
- XXXI. Despacho;
- XXXII. Solicitação de Parecer Técnico do Controle Interno;



É o necessário a relatar. Ao opinativo.

3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura do Contrato Administrativo devem-se verificar todos os documentos relativos à regularidade da empresa a ser contratada.

O Controle Interno dessa Prefeitura observou o Parecer Jurídico onde foram citados os requisitos que amparam a celebração do Contrato.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade do Processo Licitatório, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 6/2021-00015, cujo objeto é a "contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de assessoria e

consultoria administrativa objetivando a instrução e acompanhamento na realização de procedimentos de aquisições e contratações públicas”, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 06 de outubro de 2021.



Thaís de Pinho Rocha
Controladoria Geral do Município

Thaís de Pinho Rocha
Controladoria Geral do Município
Prefeitura Municipal de Paragominas